

PESSOA LGBTQIA+ COM DEFICIÊNCIA:

Desafios e perspectivas da inclusão pessoa com deficiência LGBTQIA+

Evandro de Oliveira Silva Junior

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Bolsista CAPES.

evandrosharp@gmail.com

Simpósio Temático nº 23 - Interseccionalidade E Os Efeitos De Subjetividade Em Narrativas De Vida

RESUMO

O presente trabalho tem sua origem nas pesquisas realizadas no âmbito do LEPEDI – Laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação, Diversidade e Inclusão e seu objetivo central é contribuir com o debate em torno da diversidade sexual e de gênero da pessoa com deficiência, analisando os desafios e perspectivas dessa população duplamente marginalizada. Esta produção foi pautada em uma pesquisa bibliográfica, considerando artigos e publicações de referência na temática e a realização de um questionário disponibilizado para grupos de pessoas com deficiência nas redes sociais. A metodologia proposta para a construção deste trabalho utilizou também o diálogo com referenciais teóricos que abordam questões relacionadas à inclusão de grupos historicamente marginalizados, seja pela questão das deficiências, seja por sua identidade de gênero ou orientação sexual. Trazemos, portanto, contribuições relevantes ao debate da estrutura conservadora que paira sobre a sociedade que, mesmo contemporaneamente, ainda segrega indivíduos por suas características e posições sociais, ou mesmo aquilo que o poder hegemônico entende como diferente do padrão. Entendendo a pessoa com deficiência e a diversidade sexual e de gênero como categorias de análise distintas, a proposta desse artigo é trazer uma reflexão em torno da interseccionalidade pensada nos grupos que trazem essas questões em si, não se pretendendo esgotar o debate, mas ao contrário, fomentando a discussão acerca do tema.

Palavras-chave: Inclusão. Pessoa com deficiência. Diversidade sexual e gênero. Exclusão.

Abstract

The present work originated from research carried out within LEPEDI - Laboratory of Studies and Research in Education, Diversity and Inclusion and its main objective is to contribute to the debate around sexual and gender diversity of people with disabilities, analyzing the challenges and perspectives of this doubly marginalized population. This production was based on a bibliographic research, considering articles and publications of reference in the theme and the execution of a questionnaire made available to groups of people with disabilities in social networks. The methodology proposed for the construction of this work also used the dialogue

with theoretical references that address issues related to the inclusion of historically marginalized groups, whether by disability, gender identity or sexual orientation. We bring, therefore, relevant contributions to the debate about the conservative structure that hovers over society which, even contemporarily, still segregates individuals for their characteristics and social positions, or even what the hegemonic power understands as different from the standard. Understanding the person with disability and sexual and gender diversity as distinct categories of analysis, the proposal of this article is to bring a reflection around the intersectionality thought in groups that bring these issues in themselves, not intending to exhaust the debate, but on the contrary, fostering the discussion about the theme.

Keywords: Inclusion. Disabled person. Sexual and gender diversity. Exclusion

Introdução

Sabemos que o conceito de inclusão possui uma aplicabilidade bastante diversa, para tanto, conceber a inclusão no seu sentido mais estrito é uma das propostas deste trabalho. A percepção de inclusão aqui trabalhada abrange a diversidade e toda amplitude de categorias que esse outro conceito carrega. Pensamos ser impossível traçar o debate em torno da inclusão sem considerar os marcadores sociais que envolvem as pessoas com deficiência, tais como raça, classe social, orientação sexual e diversidade de gênero, entre outras.

No decorrer deste artigo é possível observar como a estrutura capitalista estabelece um panorama de marginalização e silenciamento de tudo que desvia do seu padrão de aptidão à sociedade necessária para manutenção do ideário conservador e hegemônico. Tal silenciamento fica evidente nos resultados do questionário aplicado para um pequeno grupo de pessoas LGBTQIA+¹ com deficiência.

Foi estabelecido um roteiro breve com perguntas objetivas em sua maioria, de forma que oferecesse respostas concretas sobre as dificuldades enfrentadas pelas pessoas com deficiência no contexto de um relacionamento homoafetivo.

Nesse sentido, este artigo se propõe a trazer um diálogo importante sobre os desafios e perspectivas de indivíduos LGBTQIA+ com deficiência, sobretudo no que tange ao silenciamento dos direitos básicos da sua vivência, tais como respeito à própria identidade, direito à sexualidade, garantia da individualidade e o direito irrestrito de amar.

O desafio da Inclusão para população LGBTQIA+ com deficiência

A construção do sistema capitalista pautou a divisão de classes a partir da condição econômica, inserindo ou marginalizando setores da sociedade, nos apresentando, todos os dias, as mais variadas formas de exploração dos trabalhadores.

A eficácia do ideário capitalista perpassa, necessariamente por uma lógica de dominação atravessada pelas relações sociais num contexto de ordem social, um contexto de padronização destas relações.

A estrutura de desenvolvimento do capital privado requer um modelo de família que tenha estrutura patriarcal heteronormativa e se constitua como sistema econômico de gestão eficiente, de forma a solidificar a polarização do sexo e, conseqüentemente a dominação

masculina, assim como privilegiar os indivíduos considerados “aptos” ao exercício laboral e à lógica de produtividade, tornando-se, portanto, padrão social de valores.

Silva Junior destaca que

Regulamentar a vida privada no seu sentido mais íntimo é, sobretudo, intervir para benefício próprio na construção de uma moral. Obviamente, todo esse valor agregado pelo capital à noção de família patriarcal provém de uma base judaico-cristã que opõe as relações sexuais entre masculino e feminino; entre masculinidade e feminilidade, caracterizando um sistema baseado em hierarquizações e atribuições bem definidas, ao passo que, toda relação social que questione ou fuja à essa perspectiva de padronização toma para si a insígnia de risco à estrutura de normalidade. (SILVA JUNIOR, 2020, p.23).

A perspectiva patriarcal do capital é responsável pelo processo de idealização de gêneros binários e exerce forte influência, a partir de seus organismos, na marginalização de qualquer pessoa que se reivindique ou que se mostre diferente desse padrão.

O conceito de família foi sendo moldado às necessidades de reprodução do capital e da ordem social, sendo construída a noção de divisão sexual binária e o desejo heterossexual, não sendo peculiaridade específica da reprodução biológica da espécie humana.

A diversidade sexual, então, tangencia como um desvio intolerável na perspectiva da família patriarcal: afrontam a lógica de constituição de família reprodutora de crianças, gestora de patrimônios e disseminadora da ideia de hierarquização entre os gêneros.

Essa diversidade sexual é composta por uma série de caracterizações e especificidades, de forma que se garanta a inviolabilidade da individualidade dos comportamentos afetivos e sexuais e sua organização se traduz, comumente, em processo contra-hegemônico no sentido de resistência à ordem machista estabelecida.

É impensável fazer uma discussão acerca da diversidade sexual descolada do processo de construção social das identidades de gênero e, principalmente, descolada de uma sociedade com arquitetura machista nas suas relações.

Um dos pontos nevrálgicos dos estudos de gênero consiste exatamente em recuperar a perspectiva de dominação masculina do ponto de vista do capital para explicar as violações.

O fato é que as instituições sociais estão submersas nas estruturas ideológicas do capital patriarcal e produtivo, que, por sua vez, alimentam o machismo e o capacitismo na sociedade e geram uma série de comportamentos nocivos à diversidade sexual e à vida humana.

As relações sociais estabelecidas nesse contexto societário, por sua vez, reproduzem fielmente a lógica conservadora, construindo armários cada vez maiores e mais trancados, de forma que a população LGBTQIA+ se restrinja a um cenário de guetização. Aqui fica claro, portanto, que a perspectiva de inclusão, quando não garantida a identidade da diversidade sexual e de gênero, traduz-se muito mais em reprodução de exclusão que acolhimento.

O ambiente escolar, por exemplo, que deveria ser o *locus* de compreensão e tolerância frente a gama de indivíduos que nele se inserem é, talvez, a instituição que mais segrega e marginaliza as diferenças. A Escola, enquanto espaço formativo, não contribui efetivamente para a construção de valores que busquem romper com a lógica classista, machista, homofóbica e patriarcal.

Quando se conceitua o termo inclusão escolar, não é raro limitar-se às questões das pessoas com deficiência, reproduzindo um equívoco histórico, já que o processo da exclusão pressupõe a marginalização de tudo que é “deficiente” para o desenvolvimento do poder hegemônico. Inclusão aqui é pautada na pluralidade de tudo que é marginalizado e excluído do processo de interação e relação social.

DAMASCENO, PEREIRA e ANDRADE (2013, p.85), portanto, argumentam que é “importante frisar que o movimento de inclusão não diz respeito apenas aos alunos com deficiência, mas sim a todos os indivíduos que, sejam por questões étnicas, culturais ou sociais, foram excluídos sistematicamente dos processos de escolarização.”

Percebendo a escola como um reflexo da sociedade, é evidente que tais relações de exclusão e silenciamento se fazem proporcionalmente maiores na sociedade como um todo. Não é raro observar ocultamentos dos direitos fundamentais de grupos específicos justificados pelos motivos mais torpes, pautados, geralmente, em valores conservadores.

Inclusão é um modelo de socialização que deve ser implementado em todos os seus aspectos. A estrutura conservadora da sociedade, porém, faz com que as relações sociais que nela se estabelecem sejam submetidas à lógica da criação um “padrão ideal” de indivíduo, desconsiderando, portanto, a diversidade que a própria sociedade pressupõe. Sendo assim, quando nos deparamos, por exemplo, com uma pessoa LGBTQIA+ com deficiência nos grupos sociais, é comum observarmos um processo de duplo silenciamento de suas demandas básicas.

Tal superposição de desafios postos pela sociedade à pessoa com deficiência LGBTQIA+ traz consequências aos sentidos mais íntimos da vida humana e possui uma cronometria bastante peculiar, quando se inicia, geralmente, na idade escolar, vulnerabilizando os indivíduos com deficiência que denotam quaisquer características que fujam da perspectiva heteronormativa.

Ainda que no espaço escolar se perceba a violência praticada contra esses indivíduos não somente restritas às outras crianças e adolescentes com seus teores pejorativos, a instituição também acentua a gravidade da violação através de métodos pedagógicos que ocultam suas individualidades, gerando, por fim, a exclusão.

Sobre a superação da exclusão, DAMASCENO, PEREIRA e ANDRADE (2013, p.89) apresentam: “como potencial estratégia de superação para a pseudoformação atrelada a tecnocratização posta na sociedade contemporânea à sensibilização, que é necessária para o atendimento das demandas humanas e pedagógicas dos estudantes.” E além da superação da exclusão nos ambientes escolares, é preciso pensar um novo cenário de inclusão na sua plenitude, em todos os espaços de vivência das pessoas LGBTQIA+ com deficiência.

Para que o processo de inclusão seja realmente efetivo deve haver a transformação do cenário societário em todos os seus sentidos, sobretudo estruturais, isto é, deve-se romper com esse modelo de poder hegemônico que marginaliza e exclui tudo que diverge do estabelecido como padrão.

A perspectiva da inclusão da pessoa LGBTQIA+ com deficiência aponta, especialmente, para a superação de uma lógica desumanizadora das relações sociais instituída pelo preceito padronizador que o capital exige. Tais relações reverberam, sobretudo, na sexualidade desses indivíduos de duas formas: primeiramente a infantilização da pessoa com deficiência no que se refere ao sexo e à sexualidade, tornando-os seres sem desejos, portanto, involuntariamente assexuados.

Percebe-se que a deficiência, muitas vezes, é tomada como uma característica principal do sujeito, não podendo coexistir atitudes e

desejos que fujam da normalidade imposta como regra. Desconsidera-se que pode ocorrer que à condição da deficiência somam-se outros estigmas e preconceitos, como a questão de gênero, orientação sexual, raça, etc., que tendem a ser minimizadas não levando em consideração o significado desses estigmas para o desenvolvimento do sujeito reforçando o preconceito. (ABREU, 2011, p. 79).

O segundo processo é quando essa pessoa com deficiência desperta em si uma identidade LGBTQIA+. Nesse momento, as pautas sobre a infantilização da pessoa com deficiência, comuns entre os familiares, principalmente, no que tange à assexualização deste indivíduo, convertem-se em uma ideia de promiscuidade, construindo, então, o espectro do “sentimento inapropriado”, ou mesmo da figura libertina.

Nessa justaposição de tensões em que se aporta o cotidiano das pessoas LGBTQIA+ com deficiência, é importante observar como todas as estruturas institucionais perseveram no sentido de promover a barbárie contra esse grupo.

Se, de um lado, a família acolhe, de outro silencia e infantiliza seus desejos e vontades individuais; da mesma forma, a escola, que finge acolher, silencia as relações e aponta para uma reprodução da desumanização presente na sociedade que, de forma mais ampla, congrega e aprofunda o tom de marginalização, fazendo com que tais indivíduos não sejam tidos como aptos para atividades laborais, para acesso à lugares e, principalmente, para relações afetivas.

Percebe-se que a ideia de corpo “doente” ou corpo “inapto”, durante muito tempo, e com resquícios nos dias atuais, percorreram as temáticas da pessoa com deficiência e para as pessoas signatárias da diversidade sexual e de gênero. Da mesma forma que, sobrepostas esses marcadores sociais, tal corpo que acumula essas questões é multiplamente desumanizado. A lógica do “coitadismo” presente, muitas vezes, no processo de “inclusão seletiva” da pessoa com deficiência se transforma em instrumento de julgamento conservador quando este mesmo indivíduo se identifica como pessoa LGBTQIA+.

ADORNO (2020, p.170) afirma que “...a tentativa de superar a barbárie é decisiva para a sobrevivência humana”. Dessa forma, compreendendo a exclusão como o ápice do processo de desumanização de uma sociedade, faz-se necessário superar toda e qualquer forma de exclusão, considerando toda sua amplitude. Incluir todas as inclusões possíveis, aqui, torna-se ponto nevrálgico para a construção de uma sociedade humanizada, não permitindo-se, portanto, premissas seletivas.

É fundamental ressaltar que, de forma alguma, a diversidade sexual deve ser compreendida como uma deficiência ou qualquer caracterização patológicaⁱⁱ. A lógica do presente estudo sobre os processos de inclusão em campos distintos, que, no entanto, convergem de estruturas de exclusão similares, se dá no sentido de alertar acerca de como o conservadorismo presente na sociedade sistematicamente marginaliza todo e qualquer indivíduo que não esteja em “conformidade” com os padrões estabelecidos.

Diversidade Sexual e de Gênero e a pessoa com deficiência

Ao formular um questionário como instrumento de pesquisa que pudesse analisar, ainda que preliminarmente, como as pessoas LGBTQIA+ com deficiência enxergam e se relacionam

com suas sexualidades, foi pensado um conjunto de perguntas, na sua maioria objetivas, que permitisse alguns apontamentos.

O questionário em questão foi disponibilizado na internet, em grupos específicos de pessoas com deficiência, além de envios diretos a pessoas com deficiência sabidamente LGBT's, tendo um alcance de 13 pessoas entrevistadas. Sabe-se que o quantitativo não representa a totalidade do público perfil da pesquisa, mas tais respostas se constituem a um direcionamento no que se refere ao processo de inclusão da pessoa com deficiência LGBTQIA+.

I - Faixa etária

A primeira pergunta tratava da faixa etária do público pesquisado. Tendo sido criado o nicho de 4 faixas etárias, sendo elas: 18 a 24 anos; 25 a 32 anos; 33 a 40 anos; e acima de 40 anos. É importante pensar na acessibilidade técnica e social dos equipamentos informatizados, pois, diante de um cenário de crise sanitária causada por uma pandemia do novo coronavírus, e uma crise financeira, que limita o consumo da população, sobretudo serviços considerados não essenciais, como a internet, obviamente tal acesso ficou restrito.

As respostas pontuaram um índice de pessoas pesquisadas bastante jovem, tendo 38,5% de indivíduos na faixa de 25 a 32 anos, seguido por um público de 30,8% na faixa entre 18 a 24 anos. As pessoas entre 33 a 40 anos representaram 15,4%, mesmo índice das pessoas com mais de 40 anos.

Como afirmado anteriormente, o contexto de pandemia não permitiu entrevistas presenciais, logo, todo processo de pesquisa se restringiu ao contato via internet. É possível refletir que pessoas mais jovens possuem mais facilidade com o uso das novas tecnologias, podendo presumir-se que esse grupo etário foi o maior participante da pesquisa.

II - Autodeclaração racial

A pergunta seguinte foi fundamental para entender qual perfil estamos trabalhando na presente pesquisa. Optamos por nos basear na classificação utilizada pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - para facilitar a análise, embora tais classificações sejam passíveis de críticas legítimas quanto às representações de identidade racial.

As opções disponibilizadas para as respostas foram: pessoa preta/parda; pessoa branca; pessoa indígena/amarela; prefiro não responder e outras.

Como observado anteriormente, os marcadores sociais que se fazem presente no artigo vão muito além da diversidade sexual e de gênero e pessoa com deficiência. Para se pensar na totalidade, é fundamental perceber como, segundo AKOTIRENE(2020, p.19) a “interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cispatriarcado”. Podendo estender essa análise ao capacitismo e à LGBTfobia.

A sobreposição de marcadores como gênero, raça, orientação sexual, deficiência e classe social constroem muros em torno dos indivíduos pertencentes a esses grupos e, principalmente, os localizam na sociedade dos privilégios.

Sendo assim, as respostas obtidas pautaram 46,2% de pessoas entrevistadas autodeclaradas brancas; 30,8% de pessoas autodeclaradas pretas ou pardas. E aí todo e qualquer questionamento sobre tal classificação se traduz legítimo, já que, entende-se que o debate em torno da identidade racial transcende em muito a mera resposta sobre sua cor. Não houveram respostas de pessoas indígenas/amarelas; 15,4% apontaram “outras” como resposta e 7,7% preferiram não responder à essa pergunta.

Reafirma-se que se trata de um questionário aberto e, principalmente, pautado na autodeclaração das pessoas entrevistadas. As análises sobre as respostas dadas, portanto, podem gerar uma série de reflexões que vão desde a confusão em torno da própria identidade racial, passando pela rejeição da sua raça, de forma a se entender, devido aos privilégios, em uma localização diferenciada na sociedade, o que é intrínseco ao capitalismo.

III – Identidade de gênero

Outra pergunta importante e que requer muita cautela na análise, já que é fundamental perceber o quão difícil se torna superar os diversos fundos desse armário, versa sobre a identidade de gênero das pessoas entrevistadas.

Na sociedade do capacitismo e da LGBTfobia, a mesma sociedade que infantiliza as pessoas com deficiência e as silencia nos seus desejos mais íntimos, expressar sua identidade de gênero talvez seja um dos maiores desafios enfrentados.

Nascimento, aponta que

a vigilância binária dos gêneros produz violências constantes, tratando de impedir que crianças trans* femininas tenham uma infância livre, dado o sentimento de não pertencimento ao domínio socialmente estabelecido como masculino – ou feminino, no caso das infâncias trans* masculinas. (NASCIMENTO, 2021, p. 18).

É esse contexto de vigilância binária dos gêneros, associado à ideia de que a pessoa com deficiência é, por natureza, uma pessoa assexuada, que as violências são reproduzidas, na maioria das vezes, dentro dos próprios lares e pelas próprias famílias.

As opções de respostas à pergunta foram: pessoa cisgênera; pessoa transgênera; e pessoa não-binária/agênera/outrosⁱⁱⁱ. Optamos por explicar, de forma bastante resumida, a caracterização de cada identidade/expressão de gênero, de forma a minimizar as dúvidas.

As respostas foram, na sua totalidade, de pessoas cisgêneras. Esse resultado aponta para uma série de reflexões, entre elas, como sinalizado por Nascimento, a perspectiva de vigilância de gênero que impede qualquer tipo de manifestação identitária distinta da de nascença, sobretudo quando esse indivíduo vive envolto a uma esfera de capacitismo que, sequer, o permite ter experiências com sua própria personalidade.

Infelizmente não foi possível entrevistar nenhuma pessoa transgênera nessa pesquisa e sabe-se que seria um diálogo muito rico, principalmente no que se refere às experiências do processo de transição, exploração da sexualidade e ruptura com preceitos conservadores.

IV – Orientação sexual

A orientação sexual, aqui conceituada como a manifestação do desejo e atração afetiva, assim como a identidade de gênero, que é como a pessoa se reconhece e quer que seja reconhecida na sociedade, representam, talvez, a virada de chave da ideia da infantilização da pessoa LGBTQIA+ com deficiência para a concepção de indivíduo promiscuo e imoral.

Essa é uma das perguntas fundamentais da pesquisa, de forma que as respostas nos remetem à individualidade da pessoa entrevistada. Perguntar sobre a orientação sexual do indivíduo tem como objetivo entender qual a localização dos seus marcadores sociais e de que forma essa condição reflete nas suas relações sociais, já que, de acordo com Silva Junior

...obviamente, a ideia de uma relação homossexual vai além da reconfiguração da noção de família. Uma relação homossexual com seu princípio empoderador rompe, imediatamente, com a perspectiva patriarcal que está em vigor há tempos e aponta questionamentos às estruturas machistas que uma sociedade de classes pressupõe. (SILVA JUNIOR, 2020, p. 24).

As respostas indicaram uma maioria considerável de gays, representando 54,5% das pessoas entrevistadas; em seguida, tivemos um quantitativo de 27,3% de pessoas identificadas como bissexuais; 9,1% de lésbicas e, curiosamente, a mesma margem percentual de pessoas heterossexuais.

Credita-se o percentual de heterossexuais à um equívoco na resposta, já que a pesquisa teve seu público alvo bem definido e, por não haver pessoas transgêneras, a heterossexualidade aqui se mostra contraditória.

As respostas em questão direcionam para algumas considerações, entre elas a reflexão em torno do patriarcalismo na sociedade que, mesmo em questões pautadas nas críticas ao patriarcado, a figura do masculino se estabelece como interlocutor.

V – Aceitação familiar

A pergunta posterior versa sobre a aceitação da família diante da orientação sexual das pessoas entrevistadas. Foi definido, portanto, diante da especificidade da situação, onde nem sempre existe o acolhimento necessário, seja por valores morais, seja por questões religiosas ou até mesmo por preconceito. As respostas sinalizaram uma aceitação parcial, representando 61,5%, que pode aqui ser entendida, dentre outras formas e, considerando a condição de pessoa com deficiência, com uma aceitação da orientação sexual seguida de uma proibição de relacionamentos afetivos.

Em matéria do jornal El País, veiculada em julho de 2020, sob o título “Nós, pessoas com deficiência, temos mais dificuldade para sair do armário. Somos tratados de maneira pior”, existem diversos relatos de pessoas com deficiência com dificuldades de assumir sua sexualidade. Um dos depoimentos revela o desafio de se viver uma vida de direitos. José Jiménez, coordenador de uma ONG que atende pessoas com deficiência LGBTQIA+ sinaliza que

a sociedade reconhece seu direito ao lazer, ao trabalho, à educação e ao voto. “Mas aquele que mais se fere e no qual estão em uma situação de maior desequilíbrio em relação à população em geral é o direito à sexualidade.” Isso acontece, acrescenta José, porque muitos passam a vida inteira com os pais e têm muita dificuldade de se livrar do controle e da superproteção familiar. “Isso os condiciona muito”. (ENANO, 2020, p.1).

Um índice de 23,1% afirma que há aceitação total da sexualidade por parte da família; 7,7% das pessoas entrevistadas defendem que não há aceitação; um índice igual indica nenhuma das opções anteriores.

Ainda na matéria do El País, outro relato expõe que a aceitação nem sempre é sinal de respeito à condição e à sexualidade

Alejandra (nome fictício) gosta de roupas masculinas, mas precisa de ajuda para ir a uma loja. Se a família não gostar da peça de roupa que ela escolheu, não a compra. Tem cerca de 40 anos e quer tingir o cabelo. Tampouco pode. Seu corpo não lhe responde e seus desejos se extinguem se, ao verbalizá-los, seus pais se recusam a cumpri-los. O que jamais confessou a eles é que tem atração por garotas. Ela mesma mal sabe o que isso significa.(ENANO, 2020, p.1).

É comum, como pontuado anteriormente, que famílias silenciem ou rejeitem tais comportamentos tidos como desviantes das pessoas com deficiência LGBTQIA+ sob o ideário de preservação da inocência daquele indivíduo.

VI – Tipos de deficiência

Foi perguntado ainda sobre o tipo de deficiência das pessoas entrevistadas, de forma que fosse possível mensurar como tais deficiências se localizam no debate das sexualidades. Foi utilizado, portanto, um conjunto de respostas possíveis, tais como: deficiência visual; deficiência intelectual; deficiência motora; deficiência auditiva e deficiência múltipla.

Uma quantidade equivalente a 38,5% das pessoas entrevistadas sinalizaram deficiência auditiva. Já a deficiência visual, assim como a deficiência motora, foram atribuídas a 23,1%, seguidos por 15.2% de indivíduos que apontaram a deficiência intelectual. Nenhuma pessoa entrevistada assinalou deficiência múltipla.

As deficiências sensoriais não produzem limitações nos mecanismos de resposta sexual, mas provocam dificuldade na adaptação do indivíduo ao seu meio social. No sujeito surdo, por exemplo, o déficit auditivo não inibe o seu funcionamento genital, mas as dificuldades de comunicação complicam sua integração social e a assimilação de conhecimentos e experiências necessárias para um ajuste social/sexual. (ABREU, 2011, p. 83).

A afirmação de Abreu remete à uma lógica já percebida neste estudo, que trata objetivamente do mito da assexualidade da pessoa com deficiência. Sendo possível perceber que existem casos em que o único impeditivo para o estabelecimento de uma relação afetiva se situa no campo moral.

Diante do apresentado, Silvestre(2014), exemplificando com a questão da deficiência auditiva, analisa que

Considerando que pessoa com deficiência geralmente é pensada como um corpo doente, patológico, e tem sua sexualidade negada, o que pensar quando esse sujeito “doente” tem orientação sexual diferente da heterossexualidade? Mesmo a homossexualidade não sendo doença, como já exposto anteriormente, o sujeito homossexual ainda é estigmatizado por sua orientação sexual, ou por sua sexualidade “desviante”. Diante dessa realidade, o que dizer então deste sujeito surdo-homossexual? (SILVESTRE, 2014, p. 98).

VII – Violência contra pessoa com deficiência LGBTQIA+

Essa pergunta se revelou em uma das mais importantes da pesquisa, sobretudo pelo resultado que nos remete ao já esperado diante de uma sociedade que barbariza quem destoa do padrão imposto. Das pessoas entrevistadas, 61,5% sinalizaram já ter sofrido algum tipo de violência por ser pessoa com deficiência e/ou LGBT. 38,5% afirmaram nunca ter sofrido tais violências.

Essas respostas trazem análises bastante curiosas sobre reafirmação da identidade e as consequências que esse movimento produz. Ao “abrir as portas do armário”, a pessoa com deficiência LGBTQIA+ não só rompe o fundo duplo de preconceito, como também se emancipa diante de uma sociedade que a construiu imóvel, silenciada e marginal.

Por outro lado, essa sociedade adepta aos padrões cisheteronormativos construídos com bases capacitistas e conservadoras, utiliza dos mais variados instrumentos para readequar quem, porventura, esteja fora das localizações sociais ora impostas, entre tais instrumentos, a violência.

Adorno, em sua análise sobre a teoria subjacente da construção da escala de fascismo, elenca 38 itens que denotam suas conexões com o preconceito e com a violência, numa delas apresenta uma fala clássica da personalidade autoritária: a homossexualidade é uma forma particularmente podre de delinquência e deveria ser punida com severidade. (2019, p. 128)

ADORNO(1995, p. 132) ainda destaca que um esquema sempre confirmado na história das perseguições é o de que a violência contra os fracos se dirige principalmente contra os que são considerados socialmente fracos e ao mesmo tempo – seja isso verdade ou não – felizes.

Tal citação de Adorno resvala esperança no processo de inclusão na sua plenitude, ainda que aponte para as possíveis consequências da defesa da emancipação e ainda que saibamos das barbáries impostas pelo capital na perspectiva de manutenção da ordem vigente, é fundamental superar a exclusão estrutural diante de pautas humanizadora.

VIII – Relacionamento afetivo da pessoa com deficiência LGBTQIA+

A questão posterior foi dividida em 2 perguntas objetivas e 1 pergunta explicativa que se complementam e, sobretudo, permitem refletir sobre como a pessoa com deficiência LGBTQIA+ se situa no cenário de relacionamento afetivo. A primeira pergunta foi sobre relacionamento afetivo nos últimos dois anos. Considerando, além do período de pandemia do novo coronavírus, em que as relações sociais se estabeleceram de maneiras diferentes, a ideia de relacionamento afetivo com pessoa com deficiência ganha um aporte de preconceito respaldado por uma sociedade que cultua o corpo padrão.

Nesse contexto, 61,5% das pessoas entrevistadas sinalizaram não terem se relacionado afetivamente nos últimos 2 anos.

A pergunta que aprofunda o debate em torno dos relacionamentos afetivos das pessoas com deficiência LGBTQIA+ trata de uma questão tão crua quanto objetiva: Você acha que sua deficiência gera algum impacto na sua sexualidade? A resposta foi bem precisa e reveladora, de forma que 69,2% das pessoas entrevistadas afirmaram que a deficiência causa impacto na sexualidade, enquanto 30,8% responderam que tal questão não gera nenhum impacto sobre sua vida sexual.

Para finalizar esse bloco de perguntas, sobre relacionamento afetivo, foi perguntado para as pessoas que afirmaram sofrer impacto da deficiência na sexualidade o motivo da resposta. Aqui já não caberia mais respostas objetivas, tendo sido criada uma caixa de respostas por extenso, de forma a qualificar o debate e valorizar o sentimento das pessoas entrevistadas nas respostas.

Entre algumas respostas, reproduzidas aqui na íntegra, chamaram a atenção os motivos apresentados:

- A pessoa tem medo de ter relação com o surdo e preconceito muito grande;
- Sou cadeirante devido à um acidente e depois desse fato que faz 9 anos só consegui me relacionar com 1 pessoa, ainda assim foi algo bem rápido, pois a pessoa não se adaptou a uma relação com um deficiente;
- Minha família acha que sou criança e não deixa eu conhecer ninguém eles falam que não posso gostar de homens;
- Quando eu fala que sou surdo as pessoa se afastam. Tem vergonha;
- Sou albino e possuo baixa visão, o que me traz uma característica diferente e sei que causa um certo receio nas pessoas pela pele ou pelo comportamento dos olhos;
- Pergunta complexa. Eu ainda estou aprendendo a viver dentro do meu corpo de PCD.

Esse bloco de respostas fornece uma série de questões a serem analisadas. Desde o fator da auto aceitação e da aceitação alheia, passando pela afirmação da identidade, e pelo preconceito com aquilo que se apresenta como diferente. O relacionamento afetivo aqui se enquadra em uma dimensão busca pela perfeição, tendo, portanto, a deficiência como obstáculo.

Maia, estabelece que,

da mesma forma que existem padrões de normalidade em relação à sexualidade, existem também padrões culturais em relação ao desenvolvimento humano considerado saudável, que incluem expectativas voltadas ao desenvolvimento cognitivo, motor, da linguagem, etc. pautados na ideia de perfeição em que a deficiência é compreendida, por muitas pessoas, como um conjunto de diferenças desvantajosas. (MAIA, 2009b, p.15).

O fato é que, no processo de marginalização do corpo LGBTQIA+ com deficiência, o preconceito se constitui como o maior desafio de acessibilidade aos direitos fundamentais. Uma sociedade que não garante aos sujeitos o simples direito de amar e ser correspondido, independente das questões que esteja inserido, é uma sociedade mergulhada na barbárie.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As respostas da última pergunta da pesquisa foram propositalmente deixadas para as considerações finais, pois dialogam com o que se pretende para processo de inclusão plena. Foi perguntado, por fim, qual o maior desafio enfrentado pela pessoa com deficiência LGBTQIA+.

As respostas foram as mais diversas, mas convergiram com a ideia de emancipação proposta pela teoria crítica de Adorno, sobretudo no que diz respeito ao ser social, independente das individualidades características de cada pessoa.

Uma das respostas, reproduzida aqui integralmente, sinaliza que “a pior coisa é tratar como gente que não pensa e não tem vontade própria”, conversando com o já exposto pensamento de Adorno. Observamos nesse artigo como a sociedade o Estado e a família se perpetuam em um sistema de manutenção do poder hegemônico na perspectiva cisheteroemativa. A leitura feita a partir das falas das pessoas entrevistadas é que a marginalização e o silenciamento tem se mostrado como instrumentos bastante eficazes no processo de exclusão.

Outra resposta versa sobre uma pessoa autista de nível 1 de suporte, que afirma que “o maior julgamento é achar que não são pessoas, que não têm sexualidade, que não têm orientação sexual ou que são seres puros e indefesos”. Essa fala corrobora com a ideia da infantilização como mecanismo de domesticação pois, se não há perspectiva de inclusão plena, o mais viável para manutenção do *status quo* é invisibilizar.

Este estudo não pretende esgotar a discussão em torno da diversidade e inclusão, nem mesmo sobre as críticas ao pensamento conservador patriarcal que todos os dias matam

LGBTQIA+ ou que segregam pessoas com deficiência no Brasil. O objetivo é problematizar a ideia preconceituosa que paira sobre as estruturas da sociedade que não reconhece e silencia toda diversidade existente nos ambientes de vivência.

Contextualizar o debate em torno de referências que desconstruam o conceito do binarismo sexual e o próprio capacitismo é, antes de mais nada, apresentar perspectivas de superação e empoderamento desses sujeitos no processo de formação humana.

O saldo dessa pesquisa é totalmente positivo, tanto a nível acadêmico, quanto no que se refere ao despertar de uma consciência que entende diversidade e inclusão como um sintagma necessário ao instrumento societário libertador.

Cabe, por fim, sinalizar que a construção desse trabalho aponta para o aprofundamento de outras questões transversalizadas ao conceito de diversidade e inclusão, tais como acessibilidade e capacitismo, raça e etnia, violência institucional de gênero, identidade de gênero e patriarcado que, ainda que não tenham sido amplamente tratadas aqui, merecem fundamental importância para o entendimento desse trabalho.

REFERÊNCIAS

ABREU, Fabrício Santos Dias de. *Vozes silenciadas: homossexualidade, sexo e relações afetivas interpessoais em sujeitos surdos*. 2011. 157 f.: il. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

ADORNO, W. T. *Educação e Emancipação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

_____, W. T. *Estudos sobre a personalidade autoritária*. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2020.

DAMASCENO, A; PEREIRA, A S; ANDRADE, P F. Formação de professores e inclusão escolar de estudantes com deficiências: desafios e possibilidades. In: DAMASCENO, A; OTRANTO, C. (orgs). *Políticas educacionais e formação de professores. Pesquisas em confluência*. Seropédica: Edur, 2013.

ENANO, Virginia Lopes. *“Nós, pessoas com deficiência, temos mais dificuldade para sair do armário. Somos tratados de maneira pior”*. El País, 2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/sociedade/2020-07-04/nos-pessoas-com-deficiencia-temos-mais-dificuldade-para-sair-do-armario-somos-tratados-de-maneira-pior.html>>. Acesso em 04/06/2021.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi. Deficiência mental e gênero: a heteronormatividade como preconceito. In: RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. *Gênero, sexualidade e educação sexual em debate*. São Paulo: Cultura Acadêmica, p.11-23, 2009a.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. *Transfeminismo*. São Paulo: Sueli Carneiro;

Editora Jandaíra, 2021.

SILVA JUNIOR, Evandro de Oliveira. Família, Escola e Diversidade Sexual: desafios e perspectivas nas diversas configurações familiares. In: SANTOS, A. R. et al(orgs.) *Movimentos Sociais e Educação do campo em Perspectiva*. Goiânia: Kelps, 2020.

SILVESTRE, Joubert. *Os entre-lugares: Um olhar sobre sujeitos surdos-homossexuais*. 2014. 160 f.: il. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

Notas

ⁱ Sigla referente à comunidade composta por pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queers, Intersexos, Assexuados e o símbolo de adição significa as outras categorias representadas na diversidade sexual e de gênero.

ⁱⁱ A homossexualidade deixou de ser classificada como um transtorno mental em 1990 pela OMS - Organização Mundial da Saúde, declarando que “a homossexualidade não constitui doença, nem distúrbio e nem perversão”. A mesma organização só deixou de classificar a transexualidade como doença em 2018. Disponível em < [Há 30 anos, OMS retirava homossexualidade da lista de doenças - CartaCapital](#)>. Acesso em 04/06/2021.

ⁱⁱⁱ Em termos gerais, pessoa cisgênera é a que se identifica com seu gênero de nascença. Pessoa transgênera é a que se identifica com um gênero diferente do que foi designado no seu nascimento. A pessoa agênera expressa uma identidade que não se reconhece em nenhum gênero definido.